



JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº PMF-21.02.03-01-DP03

A Prefeitura Municipal de **Forquilha/CE**, Através da Secretaria de Segurança Pública e da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela **Portaria nº. 021/2021 de 01 de janeiro de 2021** vêm justificar o procedimento administrativo de dispensa de licitação.

Objeto: **LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, SITUADO NA TRAV. MARIA DO LIVRAMENTO, 16, CENTRO, FORQUILHA-CE, PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA-CE.**

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, ao dispor sobre os princípios que regem a Administração Pública, estabeleceu a necessidade de um procedimento prévio formal de escolha para as contratações de obras, serviços, compras e alienações, denominadas licitação, a teor do seu art. 37, inciso XXI, *in verbis*:

“Art. 37

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Assim, como regra geral, tem-se a obrigatoriedade de licitação para a celebração de contratos com particulares. Entretanto, referido dispositivo constitucional ressalvou algumas situações, a serem previstas pela legislação infraconstitucional, isentando a Administração Pública do procedimento licitatório. São os casos de licitação dispensada, dispensável e inexigibilidade de licitação, institutos diversos previstos nos arts. 17, 24 e 25, respectivamente, da Lei nº 8.666/93.

A análise da situação fática aqui disposta para o objeto pretendo busca perquirir, em suma, se restou configurada alguma das situações legais previstas no art. 24 da Lei de Licitações, mais especificamente em seu inciso X, cujo teor é o seguinte:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)”

A razão desta contratação encontra respaldo no fato da Secretaria de Segurança Pública do Município de **Forquilha/CE** ter indicado um local apropriado com porte e localização ideal para satisfazer as necessidades do serviço público, conforme laudo de avaliação do mesmo, constante dos autos do



satisfazer as necessidades do serviço público, conforme laudo de avaliação do mesmo, constante dos autos do presente processo.

Contudo, o caso em questão está sacramentado. É um típico caso que a licitação pode e deve ser dispensada, pelo atendimento das peculiaridades que enseja a presente contratação e principalmente por razões concretas, a qual está nos moldes da legislação vigente.

Pois bem. Demonstrada a necessidade e a viabilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, para a locação pretendida, passa-se às justificativas do preço.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Como se sabe, o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos é a justificativa do preço, a teor do inciso II do parágrafo único do artigo 26 da Lei de Licitações.

Consoante autorização da Secretaria de Segurança Pública do Município de Forquilha/CE que informa a realização da verificação de um local apropriado, onde o valor da locação se faz condizente com a realidade mercadológica, a escolha recaiu sobre a proposta do **MARIA CAROLINA WEYNE MARTINS**, que ofertou o valor **Mensal de R\$ 2.781,81 (Dois mil, setecentos e oitenta e um reais e oitenta e um centavos)**, por um período de **11 (onze) meses**, perfazendo o valor global **R\$ 30.599,91 (trinta mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e um centavos)**.

FONTE DE RECURSO

As despesas decorrentes do serviço contratado correrão por conta da classificação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESAS	ORIGEM DOS RECURSOS
20.01.06.122.0401.2.068.0000	3.3.90.39.00	ORDINARIO

Pelo exposto, submetemos o presente Processo Administrativo de Dispensa de Licitação à apreciação da Assessoria Jurídica deste Município, para o devido conhecimento e, verificada a oportunidade e conveniência para esta Pública Administração, **RATIFICAR** o presente Termo de Justificativa de Dispensa de Licitação.

Forquilha/CE. 03 de fevereiro de 2021.

Edgleison Silveira Marinho
Edgleison Silveira Marinho

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Francisco Israel dos Santos Moura
Francisco Israel dos Santos Moura
Membro Titular da CPL

Gabriel Jânio Rodrigues Albuquerque
Gabriel Jânio Rodrigues Albuquerque
Membro Titular da CPL